

**NIEP  
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A crise em “W” e o Double Dip</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Lucas Milanez de Lima Almeida</b>	Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira/Universidade Federal da Paraíba	PROGEB/UF PB	Pesquisador/ Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A teoria e a realidade nos mostram a mesma coisa: toda lei econômica deve, necessariamente, se manifestar. Com relação à lei geral que caracteriza o processo de produção e reprodução do capital não é diferente, as quatro fases do ciclo econômico devem se suceder periodicamente: crise, depressão, reanimação e auge. Mas, atualmente, o que vemos é a deformação da fase de crise do ciclo. O presente trabalho faz uma análise dos determinantes deste movimento atípico do ciclo econômico, conhecido atualmente como crise em W, double-dip ou duplo mergulho. Para isso, utilizaremos a Teoria Econômica Marxiana, num plano geral, e, especificamente, a interpretação de Nelson Rosas Ribeiro da Teoria das Crises. Além desta, utilizamos a teoria do capitalismo monopolista de Estado. Uma das conclusões a que chegamos foi de que, longe de reverter o ciclo econômico, as políticas adotadas pelos diversos governos apenas retiraram a economia do que podemos chamar de trajetória natural, o que deu origem à subida para o segundo mergulho. Por fim, pudemos ver que, na realidade, ao invés de mudar a trajetória cíclica, determinada pelas leis internas à base econômica, a superestrutura, nomeadamente o Estado, apenas tem o poder de influenciar momentaneamente a acumulação capitalista e, conseqüentemente, a crise cíclica de superprodução.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Duplo Mergulho; Ciclo Econômico; Capitalismo Monopolista de Estado			
ABSTRACT			
<p>The theory and reality shows us the same thing: every economic law must necessarily manifest itself. With regard to the general law that characterizes the process of production and reproduction of capital is no different, the four phases of the business cycle should happen periodically, crisis, depression, resuscitation and height. But now, what we see is the deformation of the crisis phase of the cycle. This paper analyzes the determinants of this unusual movement of the economic cycle, known today as the crisis in W, double-dip or double dip. For this we use the Marxian Economic Theory, in general terms, and specifically the interpretation of Nelson Rose Reddy's Theory of Crisis. Besides this, we use the theory of monopolistic state capitalism. One of the conclusions reached was that, far from reversing the business cycle, the policies adopted by various governments withdrew only the economy that we call natural trajectory, which led to the rise for the second dive. Finally, we see that in reality, rather than cyclical change the trajectory determined by the internal laws of the economic base, the superstructure, including the state, only has the power to influence momentarily capitalist accumulation and, consequently, the cyclical crisis of overproduction.</p>			
KEYWORDS			
Double-dip; Business Cycle; Monopolistic State Capitalism			

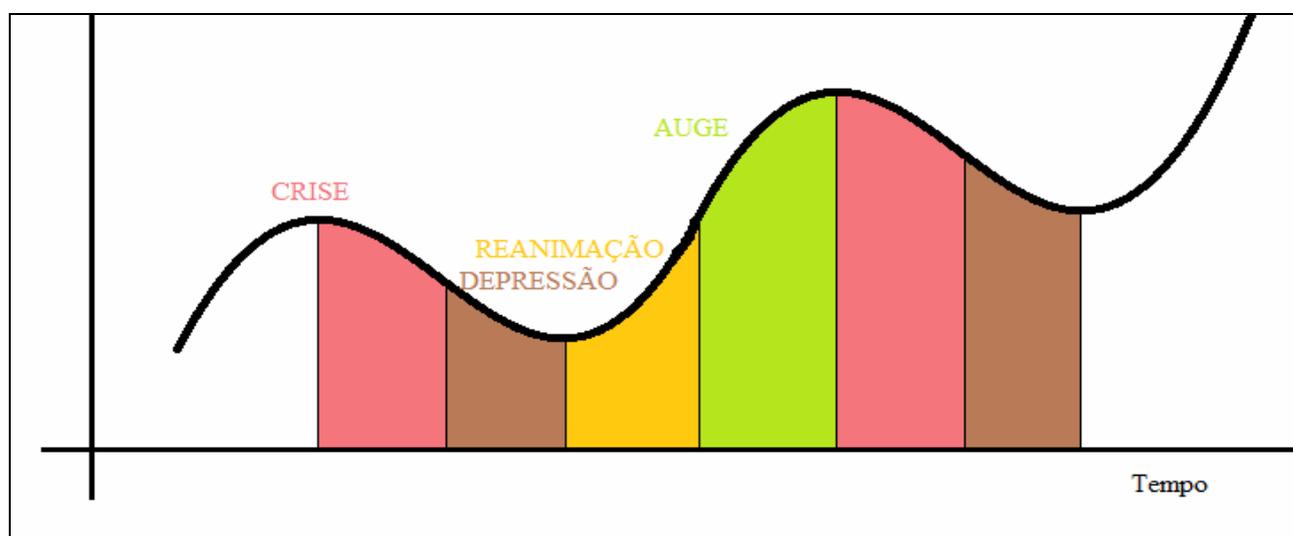
## Introdução

A crise econômica não é um fenômeno novo para a humanidade. Desde o século XIX o mundo conhece as consequências desta lei do Sistema Capitalista. Segundo Ribeiro (2000), isto pode ser visto nos primeiros relatos teóricos de autores como: Williard Phillips, John Wade, Samuel Jones Loyd, John Stuart Mill, William Langton, além de Marx e Engels.

Muitos tentaram descrever o fenômeno, porém, é com Clement Juglar que surge uma teoria do ciclo econômico consistente, graças a utilização das estatísticas históricas de indicadores do crescimento da produção no Reino Unido (MITCHEL, 1927, apud RIBEIRO, 2000). Autores como Marx Wirth e Tugan-Baranowski também utilizaram esta metodologia.

Popularizado o conceito no fim do século XIX e começo do século XX, novos economistas, das mais diversas escolas do pensamento econômico, deram sua contribuição: Kondratiev, Kitchin, Schumpeter, Spiethoff, Wicksell, Robertson, Hawtrey, Aftalion, Lescure, Harbeler, Hayek, Hansen, Veblen, Mitchell, McCracken, Kuznets, dentre outros.

Apesar de todas as divergências, principalmente teóricas, as diversas escolas reconhecem uma característica comum a todos os ciclos econômicos, que é a sucessão periódica das seguintes fases: 1) crise, onde há a reversão para baixo do crescimento da atividade econômica; 2) depressão ou fundo do poço, onde a taxa de crescimento da atividade atinge seu nível mais baixo; 3) reanimação, quando a taxa de crescimento da produção sofre uma reversão para cima, caracterizando a saída do fundo do poço; e 4) auge, quando a taxa de crescimento da economia atinge o patamar mais elevado. Esta fase, porém, será interrompida por uma nova fase de crise, à qual sucederá a fase de depressão, reanimação e, posteriormente, um novo auge. Vejamos o modelo no gráfico abaixo.



Fonte: elaboração própria

Com o pós 2ª Guerra Mundial e a necessidade de reconstrução dos países destruídos, à época do *welfare state*, o capitalismo viveu a fase conhecida como os “30 anos gloriosos” (REGO & MARQUES, 2003), nos quais a economia mundial seguiu uma trajetória de crescimento sem precedentes, especialmente na Europa. Chegou-se a criar a tese do chamado capitalismo post-cíclico, segundo a qual o sistema não mais sofreria com as crises periódicas de superprodução generalizada de mercadorias. Isto pareceu verdade até o 1º Choque do Petróleo, no início da década de 1970, quando a crise se manifesta com tanta violência sobre o capitalismo, que abala até a ideologia econômica que dominava este sistema: a Keynesiana.

No Brasil o tema correu as academias, com alguns autores tentando negar sua existência e outros dando sua devida importância: Ignácio Rangel, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Guido Mantega, Delfim Netto.

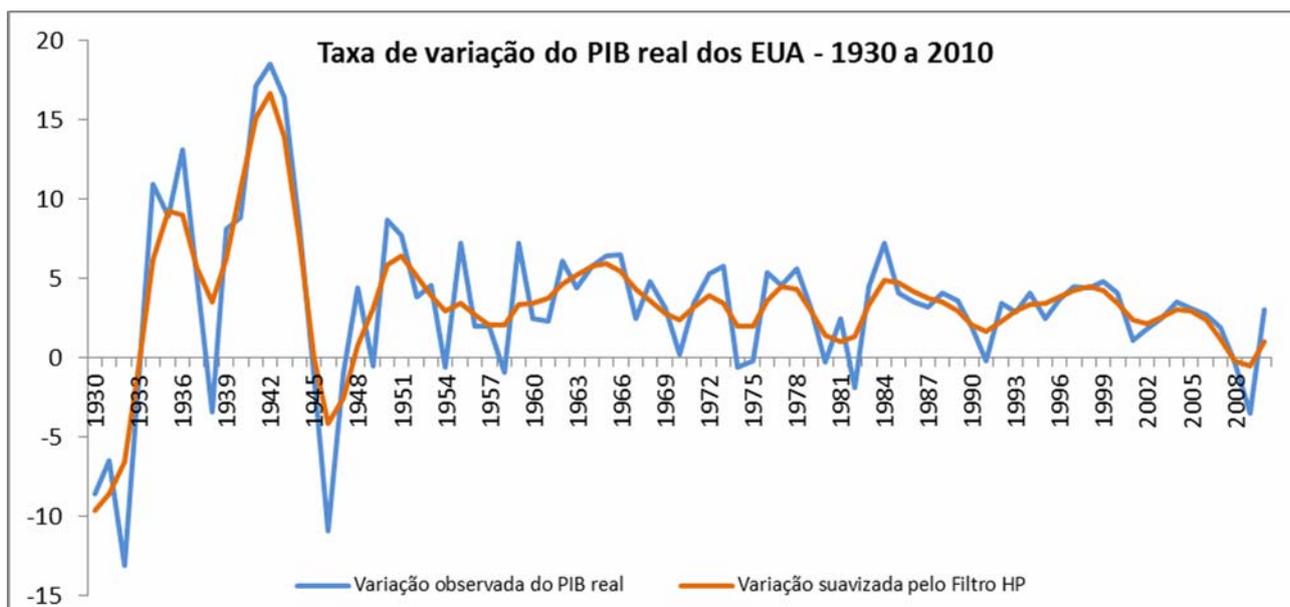
O debate brasileiro só tomou força de fato após a década de 1960, quando, segundo Ribeiro (1986), o país teve sua primeira crise cíclica endógena. Isto não poderia acontecer de maneira diferente, pois “*as condições materiais da vida da sociedade são primárias, básicas e as ideias [...] são, apenas, o reflexo dessas condições*” (ROSENTAL, 1951, p.33).

Mas, independente da teoria reconhecer ou não, o ciclo econômico se apresentou e se apresenta como um fenômeno real que toma proporções cada vez mais graves.

### ***O ciclo econômico***

A produção e a reprodução dos meios materiais da vida humana no sistema capitalista se dão por meio de pulsações, nas quais, periodicamente, se sucedem fases de maior e menor crescimento e até redução da atividade econômica. Isto não um argumento teórico, mas uma constatação histórica.

Vejamos nos gráficos abaixo como ocorreu o desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) das maiores economias do mundo.



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Bureau of Economic Analysis (2011)

Observe que ao longo de 80 anos (1930 a 2010) a economia estadunidense atravessou momentos alternados de crescimento elevado, crescimento baixo e, até, decrescimento da produção. Quando comparamos os dados brutos (azul) com os dados suavizados (laranja) pelo filtro Hodrick-Prescott (lambda igual a 1), vemos que existe diferença entre a tendência cíclica e a manifestação concreta da atividade. A observação da tendência tem uma grande importância, pois,

Se a contemplação viva, sensível da realidade nos apresenta o mundo em seu estado imediato, em toda sua precisão, em compensação, ao formar as categorias, o conhecimento só toma o típico, o mais substancial, o que é peculiar a cada fenômeno singular (ROSENTAL, 1951, p.168).

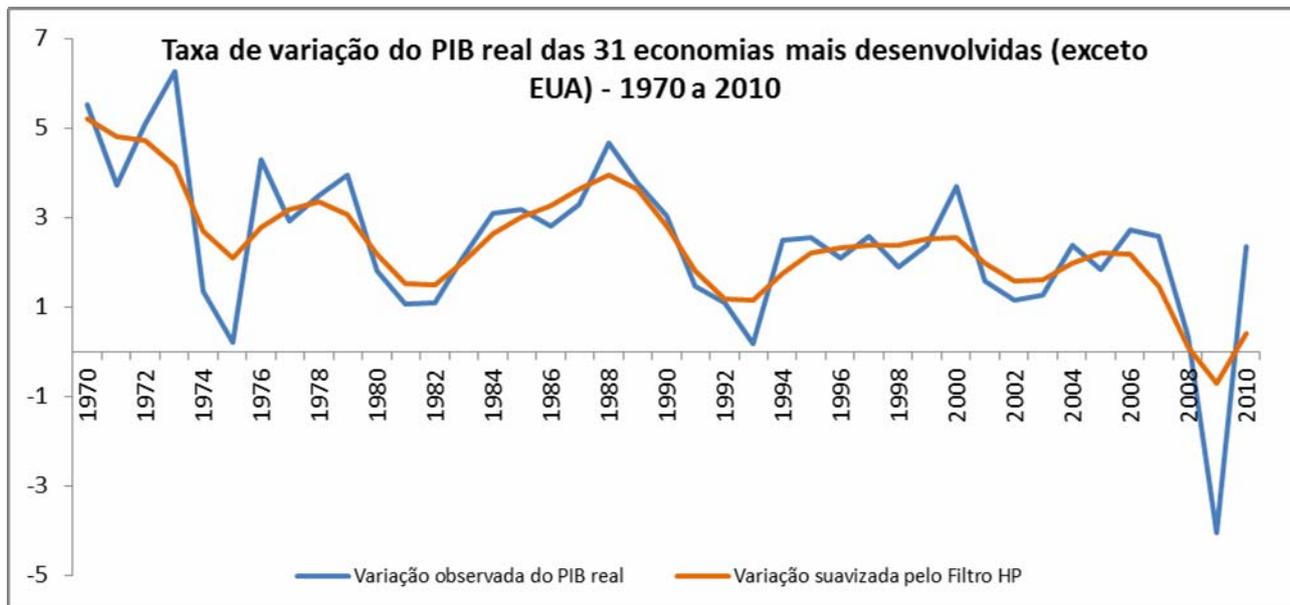
Por isso,

O conhecimento, porém, não se pode limitar aos dados que lhe oferecem os órgãos dos sentidos. A contemplação viva da realidade só é capaz de criar uma ideia dos fenômenos singulares. É uma fase preparatória necessária para conhecimento mais profundo, para a generalização da massa dos fenômenos singulares e a descoberta de suas conexões essenciais, de seus aspectos essenciais (ROSENTAL, 1951, p.168).

A suavização da curva e a visualização da tendência nos permite ter uma ideia da essência do movimento da economia. Por exemplo, no início da série, podemos ver que houve uma grande oscilação na variação do PIB, saindo de um decrescimento de quase 15% para um crescimento de algo em torno de 20%. A explicação deve partir de dois fatos, um econômico e outro extraeconômico: a Grande Depressão de 1929-1933 e a 2ª Guerra Mundial, respectivamente. Mas, mesmo assim, a tendência de subida e decida se mantém. Passados estes casos, note que a economia americana continua a se comportar de maneira bastante regular, porém com um intervalo de

variação menor. Se nos limitássemos a analisar apenas os fatos singulares, perderíamos de vista a regra geral e atribuiríamos a variação das taxas a fatores singulares.

Se observarmos as 31 maiores economias capitalistas do mundo, menos os EUA, veremos que todas seguem o mesmo comportamento, pois estão submetidas às mesmas leis deste Modo de Produção.



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do United States Department of Agriculture (2011)

Podemos notar que os gráficos apresentam um comportamento sincronizado ao longo do período, evidenciando a forte interrelação entre os mercados mundiais e a importância da chamada globalização. Outra característica que podemos observar em todos os gráficos é a de que a fase de auge de cada ciclo tende a ser num patamar mais baixo do que a anterior, o que é um reflexo do elevado grau de monopolização do sistema (DRAGUILEV, 1961).

Diante destes dados, não podemos negar a existência de um fenômeno regular, que atua no desenvolvimento das economias capitalistas. Se “*Da contemplação viva da realidade, o conhecimento eleva-se a grau mais alto, e essa fase superior é também processo da formação de uma série de abstrações, categoria, leis*” (ROSENTAL, 1951, p.168), podemos afirmar que este é um fenômeno que se apresenta como lei no Modo de Produção Capitalista.

Mas, será que no Brasil também age a lei do ciclo econômico?

### ***O ciclo econômico no Brasil***

Para afirmarmos que um fenômeno se apresenta por meio de leis, é mister que este tenha um desenvolvimento suficiente para se manifestar de forma regular.

No caso do capitalismo, para que este possa existir, são necessárias duas condições básicas para o estabelecimento de sua relação social de produção: a) a propriedade da força de trabalho por parte dos trabalhadores; e b) a propriedade privada dos meios de produção por parte dos capitalistas (MARX, 2006a). Estas são condições necessárias, mas não suficiente para o sistema.

Sendo o modo de produção a unidade formada pelo par forças produtivas e relações de produção (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961), o capitalismo deve, como qualquer outro modo de produção, ao mesmo tempo, produzir e reproduzir todos os elementos objetivos da produção, ou seja, ele deve garantir a reposição dos meios de produção gastos num período e, além disso, como característica do próprio sistema, possibilitar o reinício de todo o processo em uma escala ampliada. Também é necessário recriar as condições subjetivas da produção, a força de trabalho, por meio da produção e reprodução dos meios de consumo. Ainda, para continuar a existir, é necessário que se mantenha a relação de trabalho fundamental, baseada no trabalho assalariado (MARX, 2006b).

Resumindo, dado o desenvolvimento das forças produtivas e estabelecidas as relações de produção, está amadurecido aquele modo de produção que, dentro de sua lógica, tiver a capacidade de manter, e desenvolver, suas forças produtivas e suas relações de produção<sup>1</sup>.

Seguindo este raciocínio, até a década de 1960, o Brasil não pode ser considerado como uma economia capitalista. Desde seu descobrimento, o país esteve ligado à acumulação capitalista, mas como mero coadjuvante e subordinado à lógica do capital internacional.

Toda riqueza explorada até século XIX teve como destino o setor externo. A produção local em nada tinha a ver com a dinâmica interna, estando voltada para a acumulação primitiva na Europa (RIBEIRO, 2011). Por isso, podemos afirmar que, durante o período da colonização até fins do século XIX, o Brasil serviu apenas como fonte de recursos para o capitalismo mundial.

Com a proclamação da república, a abolição da escravatura e a formação do mercado de força de trabalho, o desenvolvimento da economia cafeeira e o conseqüente acúmulo de riqueza nas mãos de uma parcela da população, no fim do século XIX, o país começou a reunir as condições necessárias ao surgimento do capitalismo. Porém ainda não obteve todas elas.

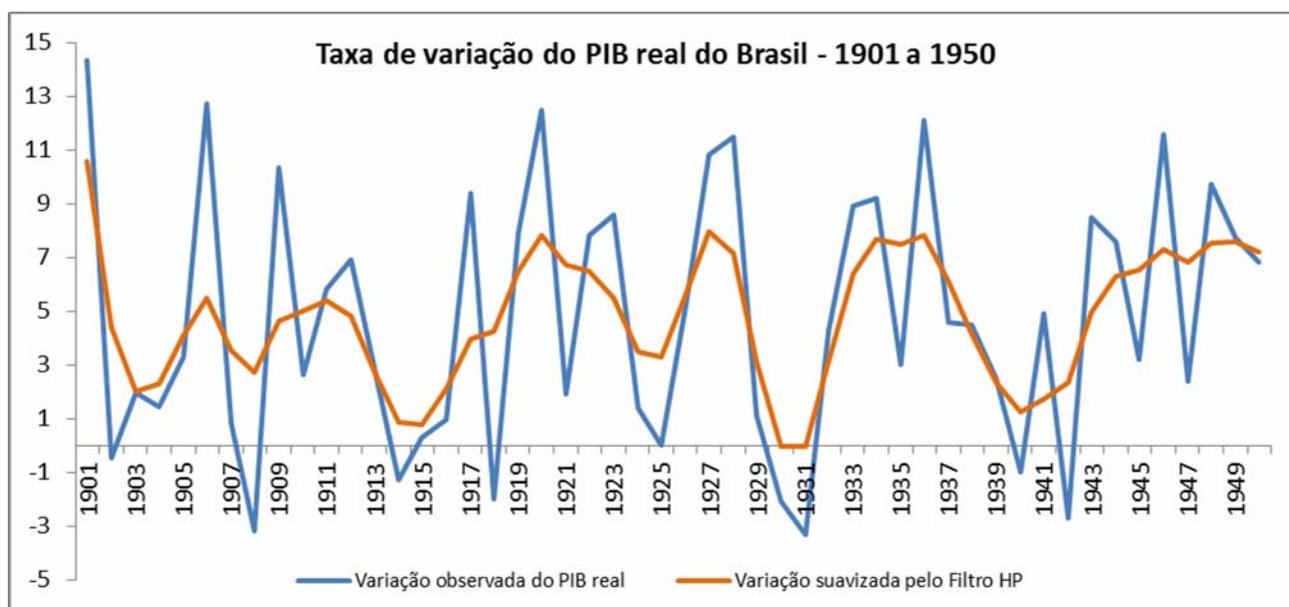
Dadas as características do capitalismo do século XX, que deixou sua fase concorrencial e entrou na fase monopolista (LÊNIN, s/d), os capitais brasileiros, naturalmente, não tiveram

---

<sup>1</sup> Não estamos afirmando aqui que só pode ser considerado o modo de produção amadurecido aquele que produza todos os produtos que ele utiliza. Dentro das leis que regem um modo de produção, será maduro aquele que, seguindo sua lógica (no caso do capitalismo, a da criação de mais valia), consegue desenvolver as forças produtivas e manter as relações de produção.

condições de competir com as empresas transnacionais. Por isso, a ocupação dos principais setores da economia foi feita por empresas estrangeiras. Desta forma, o Brasil continuou com sua dependência do capital externo. Por outro lado, não havia o interesse internacional em todos os ramos de produção, já que o mercado consumidor brasileiro não dava garantias de uma lucratividade adequada. Assim, para suprir as necessidades mais imediatas, além de capitais, recorreu-se às importações de mercadorias.

Foi desta maneira que começou a formação do capitalismo no Brasil, processo este que estava sujeito ao movimento da economia mundial: quando havia qualquer problema externo, o fluxo de capitais e mercadorias era interrompido, causando escassez no país. Como consequência, surgia uma brecha para a produção local, que logo se fechava, quando o mundo retomava sua trajetória ascendente. Aos trancos e barrancos foi o começo da industrialização brasileira. Vejamos o reflexo disso sobre o crescimento do PIB:

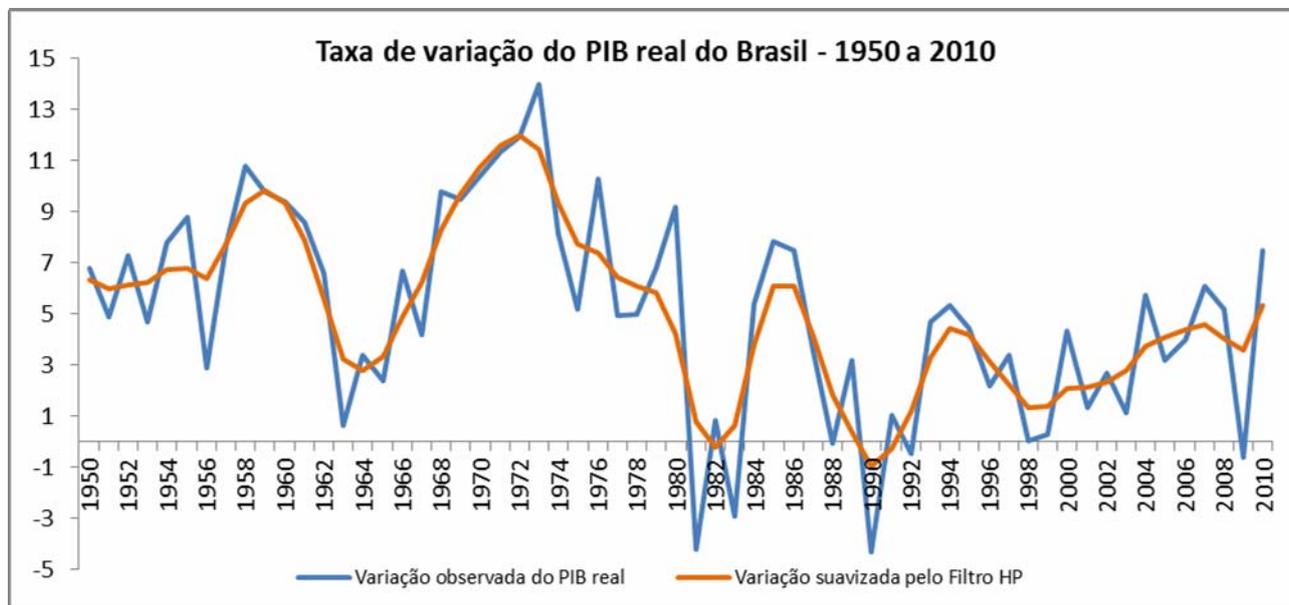


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Ipeadata (2011).

Observe que, com a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), houve uma queda no PIB, sendo que sua retomada logo aconteceu, atingindo um pico de quase 13% em 1920. O mesmo pode-se dizer no período da Grande Depressão (1929-1933) e da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando inicialmente o país sofre, mas rapidamente retoma o crescimento.

A consolidação do capitalismo no Brasil só veio com a mudança na estratégia dos países imperialistas, que, diante da ameaça do socialismo soviético, resolveu ocupar os espaços ainda disponíveis no mundo. Para isso encontrou um aliado: o governo brasileiro.

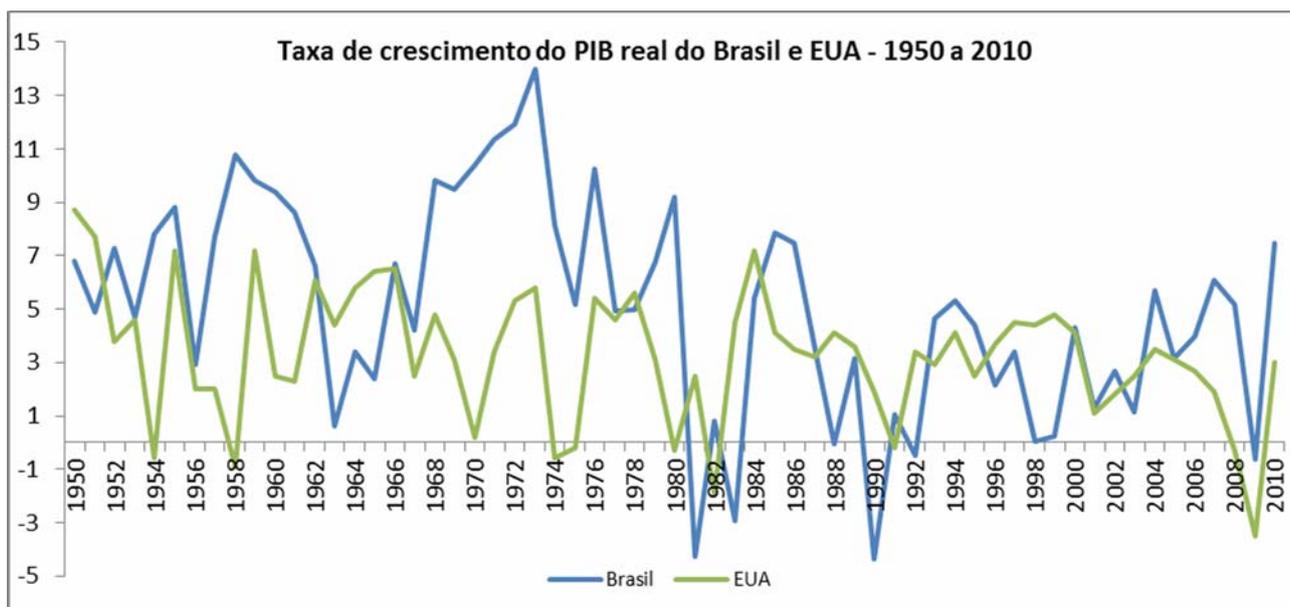
Foi o Plano de Metas, proposto por Juscelino Kubitschek na década de 1950, que deu os incentivos necessários à entrada maciça do capital, essencialmente estrangeiro, na maioria dos setores da economia e, com isso, criou as condições necessárias à manifestação da primeira crise cíclica no Brasil, iniciada em 1962 (RIBEIRO, 1986).



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Ipeadata (2011).

A partir de então, o autodinamismo do sistema cuidou de dar continuidade ao ciclo e sincronizá-lo com o movimento mundial.

O gráfico abaixo serve para ilustrar a tese de que a crise de 1962-67 foi a primeira crise endógena brasileira, pois a maior economia capitalista do planeta (que é o carro chefe da economia mundial) não manifestou este fenômeno no mesmo período. Isto quer dizer que, internamente, o país criou as condições necessárias para iniciar seu ciclo econômico, o qual, em 1974, foi integrado ao ciclo mundial.



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Ipeadata (2011) e Bureau of Economic Analysis (2011).

Diante dos fatos, afirmamos que a economia brasileira se desenvolve de acordo com o fenômeno teoricamente conhecido como Ciclo Econômico. Um trabalho que tenha como objetivo analisar os eventos que ocorreram durante suas respectivas fases, por si só, é de suma importância. Porém, dadas as características de sua manifestação atual, com a possível retomada do crescimento econômico no meio de uma crise, é necessária uma investigação minuciosa acerca dos elementos que, aparentemente, impediram a lei do ciclo econômico de se manifestar em sua plenitude.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo central investigar as causas da reanimação da atividade econômica ocorrida no Brasil em 2010, visto que, de acordo com a teoria, dada a crise iniciada em 2008, o país deveria percorrer a fase de depressão do ciclo antes de retomar a fase de crescimento. Para atingir tal feito, tivemos a necessidade de realizar os seguintes objetivos específicos: expor a teoria marxiana do ciclo econômico, levando em consideração algumas de suas características atuais, apresentar o ciclo econômico brasileiro atual e elencar as principais medidas anticíclicas adotadas pelo governo.

### **A teoria marxista**

Infelizmente, Karl Marx não deixou uma teoria acabada sobre o ciclo econômico. Em toda sua obra, mais principalmente em *O Capital*, o autor dá indícios de que já no século XIX o fenômeno das crises mostrava sua força. O esforço de reunir todas as informações deixadas por Marx seria, por si só, motivo para a confecção de outro texto e fugiria dos objetivos presentes.

Por isso, e por considerá-la a melhor interpretação marxista da teoria do ciclo econômico, utilizaremos como fundamento de nossa pesquisa a teoria proposta por Ribeiro (2008) em “A crise econômica: uma visão marxista”.

O que a realidade tem mostrado é que a crise econômica no capitalismo é uma crise de superprodução de capitais sob todas as formas.

Superprodução de capital, não de mercadorias isoladas – embora a superprodução de capital implique sempre em superprodução de mercadorias –, nada mais significa que superacumulação de capital [...] Trata-se aqui de superprodução que não concerne apenas a este ou àquele ou a alguns ramos importantes da produção, mas que seria absoluta em sua amplitude, abrangendo todos os domínios da produção (MARX, 2008, p.330).

Para se transformar em capital, o valor deve, necessariamente, assumir as formas dinheiro (D), produtiva (P) e mercadoria (M) (MARX, 2006b). Além destas, o próprio capital pode se transformar em mercadoria, surgindo como mercadoria capital (Mk) (MARX, 2008).

Mas, segundo o próprio Marx (2008), “*o capital consiste em mercadorias e a superprodução de capital implica, portanto, a de mercadorias*” (MARX, 2008, p.336). Isto decorre do fato de que a primeira forma que a mais-valia, objetivo da produção capitalista, assume é a forma mercadoria (M’). Sua troca por dinheiro é condição *sine qua non* para a realização do valor excedente criado, seja sob a forma lucro, juro ou renda (além das formas modernas, como os impostos). Se não houver a venda de M’, não há materialização do valor em progressão e, portanto, o capital morrerá sem completar seu circuito. A mutação M’ – D’ é, então, a responsável pela manifestação da mais-valia e qualquer interrupção desta transação, qualquer coisa que impeça M de se transformar em D, causará sérios problemas a todos os capitalistas.

### ***O conteúdo das crises cíclicas de superprodução***

Apesar de a crise econômica ser de superprodução de mercadorias, isto não quer dizer que todas as necessidades de consumo da sociedade estejam satisfeitas. Segundo Marx (2008),

Não se produzem meios de subsistência demais em relação à população existente [...] Não se produzem meios de produção em excesso para empregar a parte da população, apta ao trabalho [...] Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo (p.337).

Por sua vez,

O objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário (p.336).

Se por um lado, para se manter, o sistema precisa de uma grande diversidade de mercadorias, disponíveis nos mercado de meios de consumo, meios de produção, força de trabalho e de capitais, por outro ele torna esta quantidade ilimitada, pois não há limite lógico à produção de mercadorias no capitalismo.

A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação das necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (MARX, 2006a, p.183).

Somam-se a isso dois fatores: a) para manter sua forma de reprodução fundamental, a reprodução ampliada, é necessário que todas as mercadorias estejam disponíveis numa quantidade superior àquela que iniciou o processo de produção; e b) durante a renovação dos meios de produção, impelidos pela concorrência, os capitalistas utilizarão as tecnologias com maior nível de produtividade possível, o que os obriga a aumentar o número de mercadorias lançadas no mercado, a fim de realizar a mesma magnitude de valor que antes.

*“Assim, qualquer que seja o ângulo de observação, observamos que a produção de um volume cada vez maior de mercadorias é uma característica do Modo de Produção Capitalista”* (RIBEIRO, 2008, p.97, grifo do autor).

Mas o sistema também é responsável pela ampliação do número de consumidores.

A tendência da produção capitalista, entretanto, é transformar, sempre que possa, toda produção em produção de mercadorias, e seu principal instrumento para isso é trazê-la para seu processo de circulação. A produção capitalista de mercadorias é a própria produção de mercadorias quando atinge certo desenvolvimento. A intervenção do capital industrial promove por toda a parte essa transformação e, com ela, a transformação de todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2006b, p.124, apud RIBEIRO, 2008).

Além de criar os consumidores para o mercado de meios de consumo, o capitalismo criou também o consumidor produtivo, o qual é um insaciável consumidor de força de trabalho, meios de produção e mercadoria capital, já que sua ação jamais poderá ter um fim.

Se estendêssemos a análise para além das fronteiras do Modo de Produção Capitalista, passando a incluir elementos constituintes das formações sociais concretas, a ideia aqui apresentada sairá ainda mais reforçada. Considerando-se, por exemplo, a existência do aparelho de Estado com todo o seu corpo de funcionários militares, técnicos, etc.; se incluirmos outras camadas sociais constituintes das chamadas “classes médias”, concluiríamos com maioria de razão que o capitalismo, generalizando a produção de mercadorias juntamente com a relação de trabalho assalariado, **cria um número crescente de consumidores**, integrando-os no mercado (RIBEIRO, 2008, p.99, grifo do autor).

Entretanto, se por um lado o capitalismo cria uma quantidade crescente de mercadorias e consumidores, por outro as leis do próprio sistema criam as barreiras ao encontro de ambos.

Apesar de ser um consumidor insaciável, o capitalista é um comprador assaz comedido, pois

A taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua procura, isto é, quanto maior o excedente do valor-mercadoria que fornece sobre o valor-mercadoria que adquire. Seu objetivo não é a coincidência, mas a maior disparidade possível entre ambas, a maior superioridade possível da oferta sobre a procura.

Isto se aplica tanto ao capitalista isolado quanto à classe capitalista (MARX, 2006b, p.131 apud RIBEIRO, 2008).

Se,

$$D' - D = (c + v + m) - (c + v) = m$$

Quanto menor for o gasto com capital constante,  $c$ , e capital variável,  $v$ , maior será a mais-valia obtida,  $m$ . Por seu turno, como  $(v + m)$  é o valor criado numa jornada e que será dividido entre o trabalhador e o capitalista, quanto maior for  $m$ , menor será  $v$ . Isto quer dizer que, com a tentativa de aumentar  $m$ , há a tendência à supressão do valor pago como salário. Como consequência, temos que o principal consumidor de meios de consumo, o trabalhador, terá sua demanda reprimida.

Diante disso, podemos concluir que é inerente ao capitalismo a criação de uma quantidade ilimitada de mercadorias e consumidores. Porém, também faz parte da lei econômica fundamental do sistema a criação de barreiras que limitam o acesso dos consumidores às mercadorias. Ou seja, ***“a tendência para a superprodução generalizada de mercadorias está na própria essência do modo capitalista de produção, é inerente a ele”*** (RIBEIRO, 2008, p.106, grifo do autor).

Mas, qual seria a causa fundamental da crise? Dá-nos a resposta Riberio (2008):

Sendo assim, o que se observa na eclosão da crise outra coisa não será senão a manifestação violenta, sob várias formas, da condição que se encontra na própria essência do sistema capitalista: a contradição entre o caráter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. É esta contradição que se manifesta como contradição entre produção e consumo, como desproporcionalidade entre os diferentes ramos, como anarquia da produção, como contradição entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a base estreita das relações de consumo, etc. É esta a causa fundamental das crises de superprodução e é por isso que tais crises são inerentes ao capitalismo, são uma lei econômica desse sistema (p.133).

A crise de superprodução, ao se manifestar na impossibilidade de venda das mercadorias (inclusive  $M_k$ ), expõe os capitalistas mais fracos, que não tem condições de enfrentar um momento tão difícil e que acabam sucumbindo diante da concorrência.

Desse modo, ao mesmo tempo que a crise saneia os capitais fracos, destrói força produtiva, reduz o potencial instalado, elimina os excedentes de mercadorias abrindo espaços econômicos para o novo período de expansão, ela cria estímulos compulsórios aos capitalistas que sobreviveram, para retomar os investimentos. São feitas encomendas de equipamentos ao Setor I que é estimulado a aumentar a produção. A mercadoria-capital, imobilizada até então, diante do novo clima de confiança que se começa a gerar, sai da sua imobilidade e apresenta-se no mercado disposta a reassumir suas funções (RIBEIRO, 2008, p.140).

O Setor I, produtor de meios de produção, será estimulado pelos investimentos do Setor II, de meios de consumo. Porém este estímulo tem um efeito de arrastamento formidável, pois, ao ampliar sua produção, o Setor I estimula não só a si próprio, como também aumenta a contratação de força de trabalho, ampliando ainda mais a demanda sobre o Setor II.

A crise, trazendo em si as premissas de sua superação, transformar-se-á progressivamente em depressão que, por sua vez, originará um novo ascenso ou auge.

A saída da fase da crise passa, portanto, por destruição de potencial produtivo instalado e instalação de novos equipamentos e novos processos de produção (RIBEIRO, 2008, p.140).

A fase de reanimação vai acontecer até o momento onde os investimentos maturam e entram em funcionamento. É quando cessa demanda sobre o Setor I, que, conseqüentemente, reduzirá sua produção e sua demanda por trabalhadores. O efeito de arrastamento, que antes levou a procura por meios de consumo para cima, agora leva ela para baixo. Diante de um novo potencial instalado, mais moderno e produtivo, há a redução do número de demandantes, seja o capitalista ou o trabalhador. Assim, estão prontas as condições para a manifestação de uma nova crise.

Mas, segundo Ribeiro (2008) a superprodução de mercadorias “*inicialmente ela será parcial, atingindo um ou outro ramo*” (p.135). Com o desenvolvimento do sistema, a “*expansão se dá, ou pela criação de setores novos, modernos, ou pela destruição de atividades antigas subordinadas à formas pré-capitalistas de produção, e sua ocupação pelo capital. Com isso, aumenta a interdependência e a conexão entre os diferentes ramos*” (p.135). Assim,

A cada movimento, novos setores vão sendo arrastados para a crise e cada crise serve de ponto de partida para novos investimentos e para a renovação do **capital fixo**. A sincronização progressiva dos vários movimentos tenderá a envolver toda a economia, liderada pelos setores fundamentais. Estará, então, instalada a crise geral de superprodução.

O desenvolvimento do mercado mundial e a internacionalização do capital irão pouco a pouco dando ao fenômeno um caráter mundial (p.136, grifo nosso).

Ribeiro (2008, p. 142-143) cita Marx,

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o

desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga essa vida, por outro, a encurta, por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Daí a mutação dos meios de produção e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente. Podemos admitir que, para os ramos mais importantes da indústria moderna, esse ciclo de vida é atualmente de 10 anos, em média. Todavia não se trata agora de determinar o número exato de anos. Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua porte fixa, forma-se uma base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e dispares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o próximo ciclo de rotações (MARX, 2006b, p.209).

Mas,

Até agora a duração desses ciclos é de 10 anos, mas não há nenhum fundamento para se considerar constante essa duração. Ao contrário, das leis capitalistas, segundo as acabamos de expor, temos de inferir que ela é variável e que o período dos ciclos se irá encurtando gradualmente (MARX, 2006a).

Temos, assim, um fundamento teórico acerca do fenômeno da crise cíclica de superprodução. Vejamos agora um aspecto do capitalismo atual que é relevante para nosso estudo.

### ***O capitalismo monopolista de Estado***

O modo de produção é a unidade formada pelo par forças produtivas e relações de produção. Sendo o conteúdo, a parte dinâmica, as forças produtivas dão as condições para que se estabeleçam as mais diversas relações de produção, que, como forma, deverão contribuir para o desenvolvimento das primeiras (ROSENTAL, 1951).

Por sua vez, as relações sociais de produção darão a base sobre a qual se erguerão todas as demais relações sociais: jurídica, política, familiar, etc., ou seja, o conjunto de relações que formam a chamada superestrutura. Sendo que:

As idéias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são estas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são desta forma, as idéias de sua dominação (MARX, ENGELS, 2004, p. 78, apud ALMEIDA JR. 2011, p.32).

Isto se aplica ao principal agente da superestrutura:

Uma vez, porém, que se erige em poder independente, face à sociedade, o Estado cria rapidamente uma nova ideologia. Nos políticos profissionais, nos teóricos do direito público e nos juristas que cultivam o direito privado, a consciência da relação com os fatos econômicos desaparece por completo. Como em cada caso concreto, os fatos econômicos têm de revestir a forma de motivos jurídicos para serem sancionados em forma de lei e, como para isso, é necessário ter também em conta, como é lógico, todo o sistema jurídico vigente, pretende-se que a forma jurídica seja tudo e o conteúdo econômico, nada (MARX, ENGELS, 2004, pp. 133-134, apud ALMEIDA JR. p.33).

Temos, pois, “*uma nova relação forma-conteúdo: a superestrutura é a forma de expressão, ou forma de manifestação, da base econômica, que é seu conteúdo*” (ALMEIDA JR, 2011, p.33), a qual dá origem à unidade formação econômico-social.

Portanto, aqui pelo menos, o Estado, o regime político é a [sic] elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante. A idéia tradicional, que Hegel também consagrou, via no Estado o elemento determinante e na sociedade civil, o elemento condicionado por ele. E as aparências levam a pensar assim [...] todas as necessidades da sociedade civil – qualquer que seja a classe que a governe em um dado momento – têm de passar pela vontade do Estado, para adquirirem vigência real, sob a forma de leis. Esse é, porém, o aspecto formal do problema, evidente por si mesmo; o que interessa conhecer é o conteúdo desta vontade puramente formal [...] Se nos detivermos nessa indagação, veremos que na história moderna a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de troca (MARX, ENGELS, 2004, pp. 131-132 apud ALMEIDA JR. p.33).

Como sintetiza Almeida Jr. (2011):

Em resumo, portanto, a um determinado grau de desenvolvimento das Forças Produtivas corresponde um tipo específico de Relações de Produção, que são sua forma de expressão e têm por objetivo dar prosseguimento ao seu desenvolvimento. Para a perpetuação destas relações de produção, criam-se determinadas leis e estruturas políticas e ideológicas que, em conjunto, constituem a forma de manifestação destas relações. O desenvolvimento das Forças Produtivas impõe a transformação das relações de produção que, a partir de um determinado grau de mudança, impõem também a transformação da superestrutura que a elas corresponde. Isto, entretanto, não implica que não exista nenhuma influência que parta da superestrutura para a base ou das relações de produção para as forças produtivas. Apenas implica dizer que o contrário é predominante quase na totalidade dos casos (p.34).

Diante disso, uma mudança profunda na base econômica deverá refletir-se na superestrutura.

Já no Livro I de O Capital, Marx identifica os fenômenos da concentração e da centralização como leis da base econômica capitalista. A realidade só mostrou que ele estava certo. Segundo Lênin (2000), vivemos a uma fase particular do capitalismo, o imperialismo.

Convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de

capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, s/d, pp.641-642).

Por sua vez, como afirma Draguilev (1961):

Sob o capitalismo, o Poder estatal pertence sempre à burguesia e toda a atividade dos organismos estatal é orientada no sentido de defender a propriedade capitalista, de consolidar a exploração dos operários, de garantir o aumento do lucro dos capitalistas. Sendo, embora, assim, com a passagem do capitalismo pré-monopolista para o imperialismo produziram-se determinadas mudanças na essência social do Estado.

[...] o Estado dos países imperialistas concentra sua atenção principal em garantir superlucros para a cúpula monopolista da classe capitalista, para a oligarquia financeira. (p.59).

E continua:

Essas mudanças operadas na natureza do Estado burguês são consequências de crescimento dos monopólios e da submissão do aparelho do Estado aos interesses do enriquecimento destes. O capitalismo monopolista transforma-se em capitalismo monopolista de Estado. Os monopólios, poderosas entidades da economia capitalista, apoderam-se também do domínio político e enfeixam em suas mãos a plenitude do Poder. O domínio da oligarquia financeira estende-se da base capitalista à superestrutura estatal e o onímodo poderio econômico do capital monopolista funde-se em todo com sua ditadura política (p.60).

Boccará (1976) completa esta ideia:

É preciso pois, evitar, tanto confundir como separar a acção do Estado e a dos grupos monopolistas. Uma e a outra estão simultânea e dialcticamente unidas e distintas [...]

Entre os monopólios e o Estado não há nem fusão nem separação, mas estreita interacção, tendo cada um simultaneamente um papel próprio e um mesmo fim: desenvolver a acumulação do capital e a concentração, reforçar a exploração capitalista e aumentar o lucro dos grupos monopolistas. Em última instância, entretanto, o papel determinante pertence aos monopólios (p.27).

Assim, o modo de produção capitalista cria um instrumento externo de intervenção sobre si mesmo, mas que não tem a capacidade de modificar sua essência e suas leis, pois está fora da base econômica, ao nível da superestrutura, a saber, o aparelho estatal.

Constituída a teoria, vejamos a realidade brasileira.

### **A crise econômica atual e o primeiro mergulho**

A crise que vivemos hoje se manifestou, inicialmente, como uma crise de superprodução da mercadoria capital, ou como crise financeira, que teve seu ponto de partida o mercado imobiliário estadunidense. Logo, a superprodução se manifestou nos outros setores da economia, mostrando seu caráter: a superprodução generalizada de capitais sob todas as formas. Sincronizado com o

movimento cíclico dos EUA, e do mundo, não tardou para a crise se manifestar no Brasil, que, em 2008, foi atingido pela “marolinha”.

Para analisarmos a atual fase do ciclo econômico, é necessário encontrar sua origem. Por isso, começaremos por uma breve exposição do ciclo econômico atual, que começou com uma crise em 1998 e seguiu suas fases de depressão, reanimação e auge.

Almeida Jr. (2009) data o ciclo da seguinte maneira: Crise: 1998 e 1999; Depressão: 2000 e 2001; Reanimação: 2002 a 2005; Auge: 2006 até o segundo trimestre de 2008; Crise: terceiro trimestre de 2008.

Vejam os dados na tabela a seguir, por meio dos dados acerca da conjuntura econômica brasileira durante este período.

Ano	Variação percentual em relação ao ano anterior							Milhões de R\$
	PIB	FBCF	FBCF - Maq. e Eq.	Consumo de energia elétrica industrial	Consumo Final	Consumo das famílias	Renda Nacional Bruta	Variação dos Estoques
1997	3,4	8,7	9,7	4,5	2,6	3,0	2,7	524,0
1998	0,0	-0,3	-2,2	0,2	0,2	-0,7	0,1	580,5
1999	0,3	-8,2	-15,7	1,6	0,7	0,4	-3,3	7.665,6
2000	4,3	5,0	9,6	6,0	3,0	4,0	-2,2	17.106,0
2001	1,3	0,4	3,4	-6,7	1,2	0,7	-0,7	12.982,0
2002	2,7	-5,2	-8,3	4,2	2,6	1,9	0,0	-2.811,0
2003	1,1	-4,6	-3,6	2,0	-0,3	-0,8	-6,1	8.381,0
2004	5,7	9,1	13,1	9,3	3,9	3,8	4,6	19.817,0
2005	3,2	3,6	5,7	5,6	3,9	4,5	4,5	5.739,0
2006	4,0	9,8	14,5	2,7	4,5	5,2	8,9	7.699,0
2007	6,1	13,9	22,0	13,7	5,8	6,1	7,3	23.624,0
2008	5,2	13,6	18,2	2,7	5,0	5,7	2,1	47.627,0
2009	-0,6	-10,3	-13,1	-7,8	4,1	4,2	3,6	-13.941,2

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados disponíveis no Ipeadata.

Primeiramente, temos a variação percentual anual dos principais indicadores e o valor da variação dos estoques. É notável a mudança de fase que ocorre durante a década. Observe que os indicadores da produção, principais termômetros da atividade econômica, chegam a apresentar taxas

de decrescimento em 2009. Aqui vemos também que, apesar dos bons números de 2008, a crise de superprodução se torna necessária, quando os estoques da formação bruta de capital fixo (FBCF) aumentam em R\$ 47,6 bilhões em um ano.

Na tabela abaixo temos o número índice acerca da insolvência, do emprego, da produção e do pagamento da força de trabalho. Além disso, temos também a taxa que mostra o nível de utilização da capacidade instalada na indústria e o nível de investimento em proporção do PIB brasileiro.

Ano	Índice (BASE)					Taxas	
	Produção industrial física (2002)	Inadimplência	Horas trabalhadas (2006)	Horas pagas na indústria SP (2006)	Pessoal ocupado na indústria SP (2006)	Nível de Uso da Capacidade Instalada	Taxa de investimento
1997	92,4	10,2	102,5	116,4	107,4	78,7	17,4
1998	90,5	11,7	95,0	107,9	101,8	78,2	17,0
1999	89,9	9,5	86,7	101,5	95,6	78,2	15,7
2000	95,8	5,8	90,2	103,2	96,5	80,7	16,8
2001	97,4	7,6	91,8	97,2	91,9	80,4	17,0
2002	100,0	6,4	92,8	93,1	88,4	81,0	16,4
2003	100,0	5,2	92,7	88,6	86,4	78,8	15,3
2004	108,1	4,3	96,8	92,5	89,5	81,5	16,1
2005	111,8	5,0	100,0	96,1	94,7	80,8	15,9
2006	115,0	5,4	100,0	100,0	100,0	80,7	16,4
2007	121,8	5,5	103,7	106,3	104,6	82,5	17,4
2008	125,3	6,6	108,7	110,7	109,3	82,6	19,1
2009	116,2	6,9	100,3	104,0	105,0	79,9	16,9

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados disponíveis no Ipeadata.

Todos os indicadores são claros o suficiente para aceitarmos a proposição de Almeida Jr. (2009) e afirmar que em 2009 houve a crise o primeiro mergulho da economia brasileira. O que precisamos agora é dar um passo a diante, no sentido de investigar e datar a fase posterior à crise. Mas antes, vejamos como o governo brasileiro reagiu diante da superprodução de mercadorias.

### ***As políticas anticíclicas e seu resultado***

As chamadas políticas anticíclicas são aquelas que tem como objetivo tirar a economia da fase cíclica em que se encontra. Durante as fases de crise e depressão, o objetivo é não deixar a produção se reduzir e fazer a economia crescer. Num momento de reanimação e auge, o objetivo é reduzir o crescimento<sup>2</sup>. Existem também as políticas que acentuam as fases do ciclo econômico, podendo elevar ainda mais o auge de crescimento ou aprofundar a depressão.

A reação à crise econômica não foi uma exclusividade do Brasil. Como mostra o estudo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), os governos dos EUA, Reino Unido, Japão, França, Alemanha, China, Índia, Rússia, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México também tomaram suas medidas contra as consequências desta fase do ciclo. Além dos países, grandes empresas, órgãos de fomento e instituições financeiras internacionais também agiram.

As políticas foram voltadas para todas as áreas da economia: monetária e financeira; fiscal; comércio externo; setores específicos, como construção civil; trabalhistas e sociais.

Segundo o IPEA (2009), podemos destacar as seguintes medidas tomadas pelo governo brasileiro: redução da taxa básica de juros (Selic) e dos depósitos compulsórios; facilitação do crédito em moeda estrangeira; criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC); permissão ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para adquirir instituições financeiras com problemas; realocação de recursos do fundo soberano para projetos que estimulam a demanda agregada; aumento real do salário mínimo; projetos de investimento nos setores agrícola e de habitação (Minha Casa Minha Vida); desoneração fiscal para a chamada linha branca e material de construção, por meio da redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI); redução da meta do superávit primário; e aumento da oferta de crédito por instituições públicas.

Moreira & Soares (2010) apontam, ainda, o seguinte: redução à zero do Imposto sobre operações financeiras (IOF) nas liquidações de câmbio para operações de investimento estrangeiro no Brasil; redução do IOF para o financiamento de motos e operações de crédito de pessoas físicas; redução da alíquota do IPI sobre a venda de automóveis, caminhões e alguns bens de capital; mudança na alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); e redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Além dessas políticas anticíclicas, de, principalmente, promoção do consumo, podemos destacar a intervenção direta do Estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que entre 2007 e 2009 investiu R\$ 403,8 bilhões (PAC, 2010), e das empresas estatais,

---

<sup>2</sup> Esta ideia, hoje, parece absurda porque vivemos um momento de crise. Mas, absurdamente, estas medidas restritivas já foram tomadas várias vezes ao longo da história.

como meio de expansão dos investimentos. Vejamos a tabela do orçamento das empresas do Estado:

Orçamento de Investimento das Estatais (R\$ Milhões)								
Ano/Bimestre	Planejado para o ano até então (a)	Realizado no bimestre	Realizado total ao fim do bimestre (b)	Taxa de realização até o fim do bimestre - b/a (%)	Valor realizado no bimestre corrigido pelo IPA	Varição real do realizado no bimestre (%)	Valor realizado total corrigido pelo IPA	Número de projetos e atividades
2007/1	49.746,8	4.540,3	4.540,3	9,1	4.517,1	-	4.517,1	611
2007/2	49.784,4	6.932,4	11.283,2	22,7	6.923,4	53,3	11.268,5	622
2007/3	49.784,4	6.327,9	17.593,6	35,3	6.324,7	-8,6	17.584,9	622
2007/4	50.148,4	6.631,6	24.207,3	48,3	6.473,2	2,3	23.629,1	628
2007/5	50.283,8	6.584,5	30.723,9	61,1	6.408,2	-1,0	29.901,5	671
2007/6	53.280,1	9.292,0	39.973,2	75,0	8.978,2	40,1	38.623,1	696
2008/1	62.198,6	5.922,1	5.922,1	9,5	5.827,0	-	5.827,0	626
2008/2	62.941,0	7.554,0	13.387,8	21,3	7.394,5	26,9	13.105,3	636
2008/3	62.941,0	6.729,7	20.125,0	32,0	6.422,8	-13,1	19.207,2	636
2008/4	62.941,0	8.527,5	28.546,7	45,4	8.487,5	32,1	28.412,6	646
2008/5	62.941,0	9.701,5	38.234,1	60,7	9.526,3	12,2	37.543,6	647
2008/6	67.322,8	15.023,2	53.243,6	79,1	15.180,7	59,4	53.801,8	700
2009/1	79.355,3	8.785,7	8.785,7	11,1	8.841,8	-	8.841,8	561
2009/2	79.320,5	10.345,5	19.143,4	24,1	10.506,7	18,8	19.441,8	559
2009/3	79.449,1	10.601,0	29.729,5	37,4	10.679,3	1,6	29.949,3	577
2009/4	79.686,0	12.900,9	42.408,6	53,2	13.041,7	22,1	42.871,2	581
2009/5	79.900,3	11.272,3	53.627,5	67,1	11.248,7	-13,7	53.515,0	574
2009/6	82.143,1	18.448,6	71.525,2	87,1	18.509,4	64,5	71.761,1	691

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Ministério do Planejamento e Ipeadata.

Segundo os relatórios do Ministério do Planejamento, entre 2000 e 2008 a taxa média de realização do orçamento (razão entre o planejado e o realizado) é de 79%. Já em 2009 o nível de execução atinge o máximo de 87,1%. Isto quer dizer que, neste ano, o Estado ampliou seu esforço para realizar os gastos previstos das suas empresas. Podemos identificar um efeito sazonal no 6º bimestre dos referido anos, que, porém, por meio da diferença de valores, nos mostra o empenho para a realização do planejamento anual.

Veja que em meados de 2008 há uma elevada expansão dos gastos bimestrais, que tendem a aumentar, até ultrapassar a casa dos dois dígitos em quase todo ano de 2009. Outro dado que chama a atenção é o número de obras e serviços distribuídos entre projetos e atividades, que se reduziu e concentrou mais os gastos das estatais.

Diante desta tentativa de estimular o setor I, de meios de produção, o resultado para a atividade econômica não poderia ser outro: a economia deveria voltar a crescer. O que de fato ocorreu nos períodos subsequentes foi a reanimação da atividade econômica. Os dados não negam.

Todos os indicadores abaixo apresentaram significativa melhora no ano de 2010. O estímulo criado pelo governo deu novo ânimo à produção brasileira, que, aparentemente, voltou retomou a trajetória de crescimento.

Variação percentual em relação ao ano anterior								Milhões de R\$
Ano	PIB	FBCF	FBCF - Maq. e Eq.	Consumo de energia elétrica industrial	Consumo Final	Consumo das famílias	Renda Nacional Bruta	Varição dos Estoques
2009	-0,6	-10,3	-13,1	-7,8	4,1	4,2	3,6	-13.941,2
2010	7,5	21,8	-	10,6	6,1	7,0	9,5	29.551,5
Índice						Taxas		
Ano	Produção industrial física (2002)	Inadimplência	Horas trabalhadas (2006)	Horas pagas na indústria SP (2006)	Pessoal ocupado na indústria SP (2006)	Nível de Uso da Capacidade Instalada	Taxa de investimento	
2009	116,2	6,9	100,3	104,0	105,0	80,23	16,9	
2010	128,5	5,2	107,6	112,3	110,3	84,75	18,4	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do Ipeadata.

Após o primeiro mergulho, temos a subida para uma possível retomada. Mas, de acordo com a teoria, a economia deveria, após a crise, passar pela fase de depressão. Será que a intervenção foi capaz de reverter o ciclo econômico e debelar definitivamente esta crise?

## **A reversão do ciclo?**

Mascarado pelo pretexto de que deveria haver a manutenção do emprego e da renda, o governo interviu a favor do capital. Entretanto, como vimos acima, apesar de se tornar instrumento de acumulação da base econômica, o Estado não faz parte dela. Do ponto de vista teórico, tal como qualquer sociedade de classes, a sociedade capitalista precisa do Estado. Mas, para produzir e se apropriar da mais-valia, no âmbito das relações de produção, o capital não precisa deste elemento da superestrutura. Não há lei econômica que estabeleça alguma relação. Soma-se a isso as limitações impostas pelo orçamento do governo, que não dá grande flexibilidade aos gastos, pois, afinal, o Estado democrático tem que honrar seus compromissos, inclusive com as classes dominadas.

Além da reação contra a crise, outro fator, peculiar às democracias, contribuiu para a intervenção: as eleições de 2010. O objetivo de Lula era garantir a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, argumentando que “nunca na história deste país” houve um crescimento com tamanha distribuição de renda. Finalizadas as eleições e garantida a sucessora, o governo resolve tirar seu time de campo e deixar a economia seguir seu novo rumo de crescimento com base no capital privado, medida seguida por Dilma Rousseff.

Era de se esperar que, mais cedo ou mais tarde, o Estado cessasse, ou pelo menos diminuísse, sua ação. Isto aconteceu por meio da retirada de alguns dos incentivos fiscais e monetários, tais como a redução do IPI sobre automóveis, aumento do crédito público, redução do IOF, etc. E, além de reduzir os estímulos ao consumo, o investimento das estatais não cresceu na mesma proporção dos anos de crise, o que interrompeu os estímulos tanto ao Setor I, quanto ao Setor II:

Já em 2010 a dedicação à realização do gasto planejado pelas estatais se reduz, o que é visto na taxa de realização de 82,4%. E isto tende a piorar, já que o 2º, 3º e 4º bimestres de 2011 apresentam as seguintes taxas: 20,9%, 32% e 44,1%, os piores índices de realização para os respectivos bimestres desde 2007, quando a economia estava no auge do crescimento. Por sua vez, até o 4º bimestre de 2011, o investimento realizado por estas empresas não chegou ao valor do mesmo período de 2010.

Orçamento de Investimento das Estatais (R\$ Milhões)								
Ano/Bimestre	Planejado para o ano até então (a)	Realizado no bimestre (b)	Realizado total ao fim do bimestre	Taxa de realização até o fim do bimestre - b/a (%)	Valor realizado no bimestre corrigido pelo IPA	Varição real do realizado no bimestre (%)	Valor realizado total corrigido pelo IPA	Número de projetos e atividades
2010/1	94.541,5	12.454,6	12.454,6	13,2	12.161,5	-	12.161,5	692
2010/2	94.541,5	12.654,7	24.953,0	26,4	12.502,4	2,8	24.652,6	693
2010/3	94.909,7	12.496,6	37.919,1	40,0	12.184,4	-2,5	36.971,6	694
2010/4	94.909,7	13.966,7	51.799,6	54,6	13.681,0	12,3	50.739,9	695
2010/5	94.909,7	13.217,6	64.767,1	68,2	12.846,3	-6,1	62.947,6	696
2010/6	102.110,9	19.897,6	84.165,1	82,4	19.461,0	51,5	82.318,4	697
2011/1	107.880,1	11.029,5	11.029,5	10,2	10.786,6	-	10.786,6	698
2011/2	107.880,1	11.583,7	22.586,6	20,9	11.486,2	6,5	22.396,6	699
2011/3	108.042,0	11.950,2	34.529,0	32,0	12.048,0	4,9	34.811,8	700
2011/4	108.042,0	13.108,9	47.620,1	44,1	13.025,1	8,1	47.315,8	701

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Ministério do Planejamento e Ipeadata.

Vemos também que se mantém o efeito sazonal do 6º bimestre em 2010, que também deve se repetir em 2011.

Com isso vemos que os fatores que conduziram o Estado a intervir na economia deixam de existir, já que as eleições foram ganhas e, principalmente, a economia voltou a crescer em 2010 e, aparentemente, o capital voltou à sua atividade normal. O resultado desta brincadeira, por sua vez, foi a criação das condições para a subida do segundo mergulho da economia brasileira, já que as medidas tomadas não tiveram sua origem nas leis que determinam o desenvolvimento da base econômica.

### ***O segundo mergulho***

Ao impedir o saneamento dos capitais em excesso e estimular a produção no meio da crise, o governo criou a ilusão de que esta fase estava superada. Para que entrasse no período de reanimação econômica, era necessário que os Setores I, de meios de produção, e II, meios de consumo, iniciassem um círculo virtuoso de estímulo mútuo, o que não aconteceu a contento.

A tabela da página seguinte nos dá uma ideia.

Usamos o índice da atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) como proxy para o PIB, pois não há a série mensal deste. O referido índice é um indicador que incorpora variáveis essenciais para o desempenho da indústria, dos serviços e da agropecuária, tendo ampla aceitação dentre os especialistas, dado seu nível elevado de acerto.

Mês/Ano	Taxa de variação em relação ao mês anterior							Taxa
	IBC-Br	Produção Física da Indústria Geral	Produção de Bens de Capital	Produção de Bens Intermediários	Produção de Bens de Consumo	Produção de Máq. e Eq.	Consumo de Energia Elétrica - Indústria	Nível de Uso da Capacidade Instalada
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	83,9
fev/08	-2,10	-0,13	3,16	-0,22	-1,67	7,42	0,55	83,8
mar/08	2,21	0,71	2,31	-0,62	1,65	8,28	4,11	83,0
abr/08	0,56	0,43	2,04	-0,89	-0,54	-0,91	-0,86	83,0
mai/08	-0,44	-1,21	-6,29	0,27	-0,28	-3,04	1,93	82,4
jun/08	3,41	3,67	8,82	2,30	1,89	-1,29	0,38	82,9
jul/08	-0,96	0,31	1,09	1,04	-0,34	3,02	2,76	83,4
ago/08	0,07	-1,71	-0,71	-2,63	-0,59	3,83	1,30	82,5
set/08	0,57	1,56	2,16	-0,51	2,86	7,36	-1,19	83,2
out/08	-1,20	-2,27	-2,04	-3,63	-4,12	0,40	1,39	82,6
nov/08	-1,99	-7,49	-3,86	-4,23	-4,86	-16,16	-4,12	80,9
dez/08	-4,43	-12,19	-23,52	-12,23	-7,97	-26,56	-9,70	79,5
jan/09	0,77	2,99	6,31	2,05	2,94	-5,02	-11,05	78,6
fev/09	0,51	2,50	-6,09	2,28	2,84	-2,02	3,77	78,5
mar/09	0,56	0,66	-5,27	0,61	1,72	15,94	6,07	78,8
abr/09	0,58	1,11	2,39	1,17	0,74	-9,34	1,27	79,2
mai/09	0,89	1,56	1,46	1,17	2,12	4,40	-1,49	79,3
jun/09	0,68	1,31	3,65	1,70	-1,10	-0,39	1,86	79,5
jul/09	0,82	2,14	2,35	1,64	2,05	13,60	2,87	80,1
ago/09	0,97	1,27	0,44	1,78	1,36	6,24	3,43	80,0
set/09	1,16	1,58	6,75	2,07	0,16	5,89	0,92	80,6
out/09	0,88	3,06	4,74	1,21	1,97	7,72	1,45	80,9
nov/09	1,03	-0,58	3,94	1,76	-0,34	3,93	-0,07	81,1

<b>dez/09</b>	0,99	0,41	1,62	1,17	0,00	-7,81	-1,63	81,9
<b>jan/10</b>	0,16	1,06	0,04	1,89	1,04	-5,62	-5,38	81,2
<b>fev/10</b>	1,03	0,82	0,59	-0,92	0,84	4,72	4,74	80,9
<b>mar/10</b>	0,83	3,28	3,41	1,73	2,09	21,50	3,89	82,3
<b>abr/10</b>	-0,06	-0,44	3,24	0,65	-0,62	-10,28	2,18	83,0
<b>mai/10</b>	0,09	-0,80	-0,63	-0,17	-0,96	-1,65	0,55	82,8
<b>jun/10</b>	0,30	-0,60	-1,62	-0,34	-0,39	-0,92	1,60	82,7
<b>jul/10</b>	0,13	0,19	-0,25	0,87	-0,31	-6,06	1,65	82,8
<b>ago/10</b>	0,63	-0,15	0,28	-1,30	-0,30	12,09	-0,41	82,4
<b>set/10</b>	0,33	0,69	-0,56	0,00	1,96	-0,66	-0,42	82,2
<b>out/10</b>	0,28	0,23	-0,77	-0,12	-0,85	3,08	0,30	82,3
<b>nov/10</b>	0,31	-0,18	3,25	0,90	0,54	0,02	-0,67	82,6
<b>dez/10</b>	0,06	-0,81	-0,92	-0,27	-0,94	-7,63	-1,29	82,4
<b>jan/11</b>	0,60	0,20	1,31	-0,26	0,83	-3,51	-6,07	83,0
<b>fev/11</b>	0,25	2,19	2,07	1,27	0,80	7,74	0,32	83,4
<b>mar/11</b>	0,42	0,88	3,88	-0,12	1,80	8,83	4,21	82,5
<b>abr/11</b>	0,32	-2,33	-5,11	-0,71	-3,21	-14,57	0,72	82,3
<b>mai/11</b>	-0,03	1,25	1,64	1,72	1,12	7,87	-1,21	82,5
<b>jun/11</b>	-0,34	-1,22	-0,95	-1,64	-2,15	-4,30	1,19	82,3
<b>jul/11</b>	0,34	0,32	1,81	-0,44	2,78	-4,05	0,03	82,0
<b>ago/11</b>	-0,54	-0,12	1,19	-0,11	-1,97	15,81	-	82,2
<b>set/11</b>	-	-1,97	-5,50	-0,04	-2,86	-6,64	-	-

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata.

Veja que entre julho e dezembro de 2008 ocorre a crise, havendo, no final do ano, uma diminuição na produção industrial, o que reduz o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) de 83,4% para 79,5%. Com isto temos o primeiro mergulho do ciclo atual, atingindo seu nível mais baixo em dezembro de 2008. Para termos uma ideia do montante de capital que foi destruído neste período, só no mês de setembro de 2008 a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu US\$ 179 bilhões com a desvalorização das ações de suas empresas listadas. Neste ano a desvalorização total foi de 41,2%, o que quer dizer que a cada R\$ 100 negociados em 2007, só restou R\$ 58,8 em 2008.

Com a reação do governo, a partir de abril de 2009, temos a reação da economia, que ensaia um voo de galinha que dura até março de 2010, quando a atividade econômica volta a dar sinais de

fraqueza. O crescimento da indústria neste período não foi suficiente para repor as perdas da crise. Por isso, apesar do crescimento momentâneo e, dentro de certos limites, significativo, o PIB de 2009 encolheu 0,6%, isto porque as taxas de 2009 tem como ponto de partida o baixo valor do final de 2008. Por outro lado, por meio do índice da Bovespa, que subiu 82,7% entre 2008 e 2009, podemos ter uma ideia da criação da mercadoria capital.

Os louros da ação só se manifestaram sobre a produção em 2010, quando a economia cresceu 7,5% em relação a 2009. Mas, tal como aconteceu em 2008, a taxa anual mascarou o movimento real. Observando a tabela acima, vemos que entre abril e dezembro de 2010, com exceção da produção de máquinas e equipamentos em agosto, todos os indicadores da produção apresentam números baixos e/ou negativos. Por outro lado, o índice da Bovespa cresceu apenas 1% em 2010 e, até novembro, -15,8% em 2011.

Podemos ver que neste período o que houve foi um crescimento da produção baseado no aumento do uso da capacidade instalada. Porém, o nível de utilização não foi suficiente para criar a necessidade de investir na ampliação das fábricas, pois o NUCI não ultrapassou os 83,4% durante o voo da galinha, mesmo valor de julho de 2008, quando eclodiu a crise, e menos do que os 83,9% de janeiro de 2008, quando a economia estava em pleno auge. Se os estímulos não foram suficientes para atingir de maneira consistente a indústria de meios de produção, não se pode esperar o arrastamento de outros setores, muito menos a retomada definitiva do crescimento econômico.

Diante disto, podemos dizer que a intervenção de 2009 preparou o segundo mergulho da economia, ao fazer crescer, artificialmente, a produção de capitais. A segunda perna do “W” começa a se desenhar, então, a partir de abril de 2010. Sua forma não será perfeita, pois no 1º trimestre de 2011 tivemos o soluço de algumas variáveis: industrial geral, indústria de bens de capital, bens de consumo, máquinas e equipamentos, consumo de energia e NUCI. Já em abril, o ciclo parece retomar sua trajetória natural e tende para a fase pela qual deveria estar passando: a depressão.

Com estes dados podemos fazer a seguinte datação para o ciclo econômico brasileiro atual:

Crise: 1998 e 1999; Depressão: 2000 e 2001; Reanimação: 2002 a 2005; Auge: 2006 até o segundo trimestre de 2008; Crise, 1º mergulho: julho de 2008 a março de 2009; Reanimação artificial: abril de 2009 a março de 2010; Crise, 2º mergulho, e depressão: a partir de abril de 2010.

## **A retomada**

Como aconteceu com todas as outras crises de superprodução, é de se esperar que esta fase seja superada. Se nenhum acontecimento excepcional ocorrer na economia brasileira e mundial, nos próximos meses veremos o ciclo econômico assumir, primeiro, uma trajetória descendente (não necessariamente com decréscimo dos indicadores), que servirá para sanear os capitais mais fracos que não foram eliminados no primeiro mergulho. Após esta fase ocorrerá a fase de reanimação, que, por outro lado, promete ser intensa.

A existência de programas de fomento, como o Minha Casa Minha Vida 2 e o PAC 2, numa fase de ascensão, terá um efeito multiplicador sobre os estímulos entre setor I e setor II. Somam-se a isso dois eventos de escala mundial, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tudo isso terá forte efeito sobre o setor que mais emprega trabalhadores na indústria: a construção civil. Além de gerar o estímulo às indústrias de meios de produção, vai gerar, da melhor maneira possível, o estímulo à indústria de meios de consumo.

Um dos fatores que podem reprimir este crescimento formidável é a política de comércio externo que pode ser adotada. Atualmente, subjugada à política de metas para a inflação, a política cambial não é nada favorável à indústria interna, trazendo a tona o problema da desindustrialização. Para se ter uma ideia, o crescimento da produção interna entre 2009 e 2010 só não foi maior por causa das importações, que apresentaram o seguinte crescimento no período: bens de consumo duráveis 47,7%; bens de consumo não-duráveis 23,3%; bens intermediários 39,7%; bens de capital 39,8%; e máquinas e equipamentos 50,5%. Com isso, o que houve foi a exportação dos estímulos criados internamente. Parte da demanda interna, que deveria ser suprida pela oferta local, foi suprida pela produção externa.

Outro fator que pode abafar o crescimento é o nível de taxa de juros, que pode conter tanto o investimento dos empresários, quanto o consumo final.

## **Conclusões**

Diante do que expusemos, podemos afirmar que o Brasil vive hoje uma crise de superprodução de capitais sob todas as formas: mercadorias, produtiva, dinheiro e mercadoria capital. Diante de suas necessidades, o capitalismo cria uma grande quantidade de consumidores, uma quantidade ilimitada de mercadorias, mas, ao mesmo tempo, cria barreiras econômicas que impedem o consumo.

Diante disto, se faz necessária a crise para limpar do sistema os capitais excedentes. Qualquer evento que impeça as fases de crise e depressão de fazer o seu trabalho, terá apenas um caráter

passageiro, ao adiar este processo doloroso, tal como um avião, que ao voar não elimina a lei da gravidade, mas evita momentaneamente sua própria queda. Caso o saneamento não aconteça de forma plena, se faz necessária uma crise complementar, nomeada atualmente como segundo mergulho. Não é nenhum elemento dentro das relações de produção capitalistas que o causa, por isso, não podemos chamá-lo de lei. Mas, cada vez mais se repete, e se repetirá, em todo o mundo.

Sua origem está na associação entre o capitalismo monopolista, dominante da base econômica, e o aparelho estatal, ao nível da superestrutura. A crise em “W”, ou o double-dip, é, pois, uma consequência do capitalismo monopolista ter se transformado em capitalismo monopolista de estado, nada mais sendo do que uma forma de manifestação dele. *“A fim de garantir para si lucros máximos nestas circunstâncias de crescentes dificuldades, os monopólios vêm-se ante a necessidade objetiva de subordinar mais e mais o aparelho do Estado e usá-lo em maior escala”* (DRAGUILEV, 1961, pp. 60-61).

Longe de reverter o ciclo econômico, as políticas adotadas pelos governos apenas retiraram a economia do que podemos chamar de sua trajetória natural e deram origem à subida para o segundo mergulho. Na realidade, ao invés de mudar a trajetória cíclica, determinada pelas leis internas à base econômica, a superestrutura, nomeadamente o Estado, apenas tem o poder de influenciar momentaneamente a acumulação capitalista e, conseqüentemente, a ciclo econômico. O 2º mergulho terá, então, sempre que houver uma intervenção do Estado no sentido de recuperar a economia no meio de uma crise, a função de sanear os capitais que foram salvos pelas políticas anticíclicas e que não foram eliminados com o primeiro mergulho.

## Referências

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

BOCCARA, P. **O capitalismo monopolista de estado**: tratado marxista de economia política, Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <<http://www.bea.gov/national/xls/gdpchg.xls>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

DRAGUILEV, M. **A crise geral do capitalismo**. Varginha: Alba, 1961.

IPEADATA. **Banco de dados do Ipea**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

LÊNIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas, Vol. I**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I – O processo de produção do capital. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro II – O processo de circulação do capital. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III – O processo global de produção capitalista. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004

Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=4>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MITCHEL, W. C. **Business Cycle: the problem and its setting**. New York: National Bureau of Economic Research, 1927.

MOREIRA, T. B. S.; SOARES, F. A. R. **A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil**. 2010. Disponível em: <[http://stn.gov.br/Premio\\_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema\\_3\\_1.pdf](http://stn.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Office for National Statistics. Disponível em: <<http://www.statistics.gov.uk/statbase/tsdtables1.asp?vlnk=pn2>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

PAC. **Balanco do Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília, 2010

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, N. R. **A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise**. Lisboa. Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1988. (Tese de Doutorado em Economia).

\_\_\_\_\_. **Da crise às flutuações: ciência ou ideologia?**. João Pessoa: Edição do CME-UFPB, 2000 (Texto para discussão n° 137).

\_\_\_\_\_. **A crise econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: UFPB/Ed. Universitária, 148p. 2008.

\_\_\_\_\_. **A expansão do capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações PROGEB, 2011.

ROSENTAL, M. **O método dialético marxista**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.

United States Department of Agriculture. **Economic Research Service: International Economics Data Set**. < <http://www.ers.usda.gov/Data/Macroeconomics/Data/HistoricalRealGDPValues.xls> >